

também um vasto material acêrca de outros problemas importantíssimos da história da América em geral, a saber: traços biográficos de autoridades coloniais espanholas, questões fronteiriças provocadas pela fuga de revoltosos e de oposicionistas, episódios e explicações para a história de São Domingos, Haiti e Estados Unidos da América e outros temas mais de real interesse.

Observa-se, assim, em conjunto, que a obra de Franco é um trabalho utilíssimo e demasiado rico para o estudo de um dos períodos mais turbulentos da história Hispano-Americana. Acrescente-se a isto que a documentação que o autor utilizou, do Arquivo Nacional de Cuba, dos arquivos francêses e espanhóis e de algumas obras secundárias, é quase tôda inédita e se acha em grande parte transcrita no trabalho. De resto, se alguma observação cabe-nos fazer com relação à obra que ora resenhamos, esta se refere à ausência de uma ilustração cartográfica, a qual, sem dúvida, muito auxiliaria o leitor pouco familiarizado com a extensa região escolhida pelo autor.

GENÉZIA COCATO

*

* *

COSTA (Emília Viotti da). — *Da senzala à colônia. Côrpo e alma do Brasil*. Difusão Européia do Livro. Direção de Fernando Henrique Cardoso. Volume XIX, fevereiro de 1966 São Paulo, 497 páginas, formato 0,14 x 0,21 — ilustrado — 1ª Edição.

Trata-se da tese com que a professora Emília Viotti da Costa se apresentou ao concurso de Livre-Docente da Cadeira de História do Brasil, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, porém reformulada e revista em alguns de seus aspectos (1).

É um estudo que além de enfocar e observar uma área bastante grande e adversa — Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, aprofundando-se mais ainda em São Paulo, com o desenvolvimento da cultura cafeeira no “Vale do Paraíba e, mais tarde, do Centro e Oeste Paulista” e das implicações dessa cultura com a mão-de-obra, desde seu nascimento em Vassouras.

O trabalho é dividido em três partes:

I. — *Aspectos econômicos da desagregação do sistema escravista*. Trata da substituição dos canaviais pelos cafezais, onde houve a predominância do trabalho escravo e muito pequena participação do trabalhador livre. Mostra com grande clareza as vicissitudes do tráfico a partir de 1807, quando nascia nossa riqueza cafeeira e a marinha britânica, já “desembaraçada de seus encargos bélicos” com a França, apresando barcos que transportavam negros, quando a nossa agricultura mais precisava de braços.

(1). — A tese foi publicada em edição restrita (100 exemplares) sob o título: *A escravidão nas áreas cafeeiras. Aspectos sociais, econômicos e ideológicos da desagregação ao sistema escravista, em São Paulo*. 1944.

As dificuldades de reprimir o contrabando, parece-nos que avivou o “comércio” de escravos e os desembarques clandestinos nas praias desertas do nosso litoral. Cessados os trabalhos da cana e do ouro, nos mostra a autora, a concentração de escravos nas regiões cafeeiras.

A Professôra D. Emília trata das primeiras experiências de trabalho livre, mostrando o malôgo da política dos núcleos coloniais, especialmente do pioneiro Senador Nicolau de Campos Vergueiro (2) que em 1840 promoveu a tentativa de usar a *parceria*, o qual foi posteriormente substituído pelo sistema de salário.

A permanência do sistema escravista, foi fruto das dificuldades na transição para o trabalho livre, pois era quase impossível recrutar imigrantes para o Brasil. Fundou-se na Alemanha até uma sociedade com o objetivo de impedir a imigração. Tais restrições tiveram éco na Suíça, Prússia, França, Itália, etc. Ante tal crise, houve a tentativa de imigração chinesa.

As transformações da economia cafeeira, deram-se com o surto da ferrovia, da melhoria das vias de comunicações e meios de transportes e o aperfeiçoamento dos processos de beneficiamento do café, o que propiciou novas condições para a imigração, quando o Governo Imperial, iniciou o financiamento.

A decadência do sistema escravista, vai dar-se com os progressos da Revolução Industrial e do nôvo capitalismo, que banira o sistema do mundo colonial, com a abolição nos Estados Unidos, Antilhas, Pôrto Rico, Cuba, etc. e o patente reflexo no Brasil através de nossas leis abolicionistas e as restrições ao tráfico inter-provincial.

II. — *Condições de vida do escravo nas zonas cafeeiras.* Mostra os aspectos da vida do escravo nas zonas urbana e rural. O escravo urbano era bastante usado como “ganho” para seus proprietários, em transporte de tôda a espécie, criados domésticos (os quais tinham menores possibilidades de obter alforria) e os de “ofício”. O escravo rural, geralmente trabalhava de quinze a dezoito horas diárias, sob o olhar do feitor representante do senhor, que a um só tempo era a Igreja, a Justiça, a força política e militar. Narra ainda, sua alimentação, vestimenta, horários, seus cantos e especialmente o sincretismo religioso, o qual foi se divulgando entre a população branca. Suas doenças mais freqüentes eram cólera, febre amarela e a varíola, assolavam periódicamente as populações escravas, quer rural ou urbana, a tal ponto, que foram criadas companhias de seguros que salvaguardavam os interesses do proprietário em caso de morte.

Divulga a autora, o casamento de escravos, bem como as ligações extra-conjugais de escravas com senhor, bem como o preço sempre crescente de tal “mercadoria”.

(2). — “O colono era, pois, forçado a comprar alguma cousa para receber o trôco em moeda corrente. Como não havia outro comerciante que aceitasse este dinheiro (nota resgatável nas Fazendas Ibicada e Angélica), os colonos eram obrigados a comprar nas vendas dos dois citados, para assim conseguir trocar, pelo menos em parte, êsses vales em moeda legal, embora lhes fôsse muito mais vantajoso adquirir as mercadorias em outras casas. O ministro declarou que o procedimento de Vergueiro era ilegal e o Ministro da Agricultura me comunicou, em carta circular de 17 de outubro de 1861, que o Ministro da Fazenda ordenara que pusesse tôrmo a tal abuso. Não sei porém, se o poder do Ministro vai até Ibicada e se Vergueiro, com o seu público desprezo às leis do país, se deixará intimidar com a medida”. in *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, página 180 de J. J. Von Tschudi, tradução de Eduardo de Lima Castro.

Nas relações entre senhores e escravo, a professora Emília Viotti da Costa, resalta que dos escravos esperava-se humildade, obediência e fidelidade, em troca de autoridade e benevolência do senhor. O negro deveria ser poupado, para que o capital do senhor não fosse delapidado. Os castigos mais usados eram o “baca-lhau”, palmatória, tronco, colinha, algemas, os anginghos, máscara de latão, etc..

No sub capítulo: *o protesto do escravizado*, mostra os anseios de liberdade traduzidos pela insurreição de escravos e das fugas, que aumentavam a medida que se aproximava o “13 de maio”, mostrando a crescente adesão ao movimento abolicionista.

III. — *Escravidão e ideologias*. Demonstra a Autora que o sistema escravista gera a violência. Por parte do escravo: a revolta, a insurreição; por parte do senhor: a repressão, os castigos, as atrocidades; assim os castigos depravavam desde o nascimento, os indivíduos da raça dominante. Comparativamente ao trabalho livre, o trabalho escravo é necessariamente pouco produtivo.

A tomada de consciência coletiva, inicia-se na década de setenta, quando aparecem sociedades emancipadoras e o pensamento anti-escravista passou a encontrar maior receptividade da imprensa, secundada pela Maçonaria e literatura.

Da senzala à colônia é trabalho do grande esforço de D. Emília Viotti da Costa, no sentido de mostrar aos estudiosos, o elemento servil neste país, contando com 323 notas de rodapé, 16 gráficos, mapa, 6 quadros, foto, 7 reproduções de Debret, além de referências bibliográficas, de cerca de 266 obras, sem contar fontes manuscritas e impressas indicadas.

JOSUÉ CALLANDER DOS REIS

*

* * *

CATALAN (Alfonso Cerda). — *Contribucion a la História de la Sátira Política en el Uruguay*. 1897-1904. Instituto de Investigaciones Históricas. Nº X. Facultad de Humanidades y Ciencias. Universidad de La República Oriental del Uruguay. Montevideo, 1965.

Este trabalho faz parte de um plano de publicações da Universidad de La República del Uruguay.

E' trabalho de aluno (1), mas considerado de alto valor entre os estudiosos da História Nacional do Uruguai (2).

O autor faz um estudo das publicações satíricas uruguaias do período compreendido entre os anos de 1897 e 1904, portanto a balizas do estudo são

“Las revoluciones de 1897 e 1904 que fueran las últimas que ensangrentaron el suelo oriental y que aparentemente perjudicaron el normal desarrollo de sus instituciones”.

(1). — Eugene Petit Munhoz, p. 5, Advertência in *Contribución a la História de la SATIRA POLÍTICA EN EL URUGUAY 1897-1904*. Instituto de Investigaciones Históricas Nº X, Facultad de Humanidades y Ciencias, Universidad de La República Oriental del Uruguay. Montevideo, 1965.

(2). — *Ibidem*.